

SANTIAGO, CHILE

AB-2130
21 março 2001
Original: francês

DISCURSO DO GOVERNADOR PELA BÉLGICA
NA QUINTA SESSÃO PLENÁRIA

Didier Reynders

1. A última década viu a emergência dos até então chamados “países de renda média”. Seu êxito na mobilização de capitais privados abriu o debate sobre a pertinência das intervenções das instituições internacionais cuja parcela nos fluxos de capitais diminuía constantemente. Esse debate vem ganhando intensidade depois da crescente reticência desses países em contratar empréstimos para projetos de investimento. Essa questão merece toda nossa atenção.
2. Com efeito, não obstante sua renda anual per capita mais elevada, cuja imperfeição em termos de indicador do desenvolvimento hoje todos reconhecemos, esses países continuam a defrontar em diferentes graus os mesmos tipos de problemas que seus vizinhos de menor renda. Trata-se, pois, não de deixá-los, mas de conceber intervenções apropriadas para suas necessidades.
3. Compartilho vossa opinião: os empréstimos não são um fim em si mesmos mas um meio de conduzir um diálogo em alto nível a fim de transmitir, aos responsáveis nos países mutuários, idéias e técnicas suscetíveis de ajudá-los a enfrentar seus problemas.
4. Não penso que as duas primeiras proposições do Banco no sentido de rever o teto de 15% imposto aos empréstimos para reformas e de aumentar a parte dos desembolsos em favor do setor privado visem manter um certo volume de operações.
5. No que concerne à primeira proposição, ela me parece decorrer da atenção constante aos dois componentes indispensáveis do desenvolvimento, a saber, o estabelecimento de um quadro institucional e de políticas adequadas, ao invés de projetos de construção. Pudemos constatar que os componentes da maioria das operações na atualidade visam a realização de reformas no setor da intervenção ou o fortalecimento das instituições concernentes e também pudemos constatar que os resultados obtidos graças a

empréstimos para reformas propriamente ditas estiveram longe de corresponder às expectativas, donde a reticência de alguns dentre nós em promover esse tipo de empréstimos sem que tenham sido introduzidas adaptações aos instrumentos em vigor a fim de aumentar o atrativo dos empréstimos tradicionais e a eficácia dos empréstimos para reformas.

6. As principais objeções formuladas contra os empréstimos para investimento são a sua condicionalidade demasiado restritiva e a incapacidade crônica dos mutuários de prover os fundos de contrapartida requeridos.

7. Congratulo-me pelo fato de que tenham sido formuladas proposições concretas visando reduzir o nível dos fundos de contrapartida requeridos. Tratando-se de restrições vinculadas ao ambiente e a questões sociais, é preciso ser pragmáticos e nos perguntar se desejamos correr o risco de ver operações, algumas das quais de grande envergadura, financiadas por outras fontes sem que tais problemas tenham sido levados na devida conta, ou se desejamos que essas questões recebam uma resposta satisfatória graças à nossa intervenção. Parece-me, de qualquer forma, impossível evitar esse tipo de debate em um futuro mais ou menos próximo.

8. A questão da condicionalidade excessiva se apresenta também no contexto dos empréstimos para reformas. Certas lições foram aprendidas com as passadas decepções e recomendam um enfoque diferente baseado no seguinte:

- a avaliação da vontade de reforma por parte dos beneficiários;
- uma abordagem mais flexível que permita uma rápida adaptação dos programas às novas circunstâncias;
- uma condicionalidade inicial mais realista, e
- um vinculação mais estreita entre o desembolso de recursos e os resultados obtidos.

9. É preciso, portanto, pôr em prática essas lições.

10. Tratando-se de financiamento de iniciativas privadas, as diversas razões apontadas pelo Banco para aumentar esse tipo de operação são válidas e podemos endossá-las. A verdade é que o Banco tem o mandato de destinar 50% de suas operações ao setor social, cabendo-lhe então sustentar com o saldo um crescimento vigoroso. As operações do setor privado fazem parte nitidamente desse aspecto das atividades do Banco. Mas, de qualquer maneira, convém manter o equilíbrio entre os projetos de infraestrutura promovidos pelo setor privado e os projetos públicos.

11. De qualquer modo, é essa a posição do BERD, que consagra 75% de seus financiamentos ao setor privado. Na sua estratégia, insiste em preservar a parte dos empréstimos do setor público, a seu ver a melhor maneira de buscar o diálogo a fim de

promover as reformas setoriais, tornar o ambiente mais favorável ao investimento e maximizar seu impacto sobre a transição para uma economia de mercado.

12. Senhor Presidente, ao fazer alusão ao BERD, observo que existem semelhanças entre os desafios enfrentados pelo BID nos países de renda média da região e os que se antepõem ao BERD e outras instituições europeias por parte dos países da Europa Central que se encontram em vias de aderir à União Européia.

13. Parece-me conveniente intensificar o diálogo com essas instituições que tiveram de dar respostas originais a questões de desenvolvimento regional, de promoção do setor privado, de integração, em especial graças ao financiamento de infra-estruturas, bem como na área social, como mencionei em Nova Orleans ao abordar a noção de Estado social ativo, que se impôs à Cimeira de Lisboa.

14. Estamos, pois, abertos a um diálogo construtivo e pragmático sobre esses temas importantes. Caberia, por certo, acompanhar com atenção a evolução do tema no contexto da Comissão de Desenvolvimento.

15. A Bélgica congratula-se pelo fato de que o grupo de trabalho sobre a Iniciativa para os Países Pobres Muito Endividados tenha podido chegar a um acordo a respeito do financiamento do montante do alívio da dívida que corresponde ao BID. A parcela correspondente ao meu país no esforço requerido dos países membros será inscrita no projeto de orçamento de 2002.

16. Enfim, após o voto dos Governadores da Corporação Interamericana de Investimentos favorável à admissão de novos membros, sinto-me agora em posição de dar início ao processo de aprovação parlamentar de nossa adesão.

17. Gostaria de considerar um tema que me interessa de modo particular: na qualidade de Presidente do Eurogrupo de 2001, pretendo promover a utilização da moeda única européia nos mercados internacionais. Parece-me, com efeito, crucial aproveitar a passagem para o euro fiduciário e a maior visibilidade da moeda única a fim de ampliar a utilização externa do euro.

18. Essa questão do uso externo do euro é complexa e compreende diversas dimensões: ao mesmo tempo, trata-se da utilização do euro no comércio internacional (como moeda de pagamento), de sua utilização nos mercados financeiros internacionais (pelos bancos, nos mercados monetário e de obrigações) e de sua utilização pelas autoridades monetárias (como âncora de suas políticas monetárias e cambiais) ou ainda de sua utilização nos mercados de câmbio.

19. Os fatores determinantes da utilização do euro diferente para cada um de seus setores, bem como ações suscetíveis de reforçar a utilização do euro nos mercados, são, portanto, específicos.

20. A presidência belga do Eurogrupo pretende adotar diferentes iniciativas para incentivar o uso externo do euro:

- Inicialmente, faz-se necessária uma análise minuciosa, especialmente do balanço de pagamentos da zona euro e da circulação dos capitais.
- A consulta aos setores financeiros constitui outra medida útil, destinada a favorecer a utilização externa do euro. Por conseguinte, uma atenção especial deve ser concedida à integração dos mercados de valores e obrigações industriais, mediante as quais as empresas são financiadas.
- Por fim, a Presidência deve obter informações eficazes no tocante à utilização externa do euro. As companhias europeias de seguro do crédito deveriam, tanto quanto possível, redigir seus contratos em euro, devendo ser adotada a cotação de matérias-primas em euro.

21. Gostaria de recordar hoje os aspectos internacionais do processo de unificação monetária europeia tendo em vista que, graças às numerosas transações comerciais entre a União Europeia e as Américas, os benefícios da moeda única devem ultrapassar as fronteiras geográficas da União Europeia.

22. Em 1 de janeiro de 2002, as moedas e notas em euro circularão, de início, em 12 Estados membros da zona euro. Mais de 300 milhões de europeus compartilharão da mesma unidade monetária. A casa euro está aberta para outros membros da família europeia assim como aos candidatos à adesão. Além do desafio técnico e de uma reviravolta monetária sem precedente, a chegada do euro fiduciário é um sinal político forte da integração europeia.

23. Após a eliminação das fronteiras, os europeus disporão de um símbolo tangível de seu destino comum. Deverão, então, avançar mais na construção de sua casa comum mediante a ampliação da União e da zona euro, o fortalecimento das instituições políticas (por que não, um dia, um presidente da Comissão Europeia eleito por sufrágio universal dos europeus?) e a definição dos meios orçamentários necessários, inclusive sua fonte (por que não uma tributação europeia para cobrir certos itens do orçamento?)

24. A adoção concreta de nossa nova moeda terá repercussões em todos os continentes. Por essa razão, gostaria de dizer-lhes algumas palavras ao encerrar minha intervenção.

25. A integração regional constitui um importante desafio deste século. A coordenação de políticas macroeconômicas, a consolidação dos orçamentos e a definição conjunta das grandes diretrizes são desafios que tentamos resolver na Europa há meio século, mas também desafios comuns a todas as regiões do mundo.

26. Não temos absolutamente a pretensão de erigir a União Européia ou o euro como modelo, mas simplesmente de participar de uma experiência viva, emanada de um processo contínuo de integração.